

AS REVISTAS ACADÊMICAS EM CIÊNCIAS SOCIAIS

Antinomias entre conhecimento e norma (métricas)



Anete B. L. Ivo
Universidade Federal da Bahia
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais | Salvador, Brasil
Editora do Caderno CRH (1995-2013)
anetivo@hotmail.com | ORCID iD: 0000-0002-9004-3607

Consideradas como espaço de troca, lugar de debate e difusão de conhecimentos, de onde emergem análises inovadoras na apresentação de teorias e experiências de pesquisa, as revistas científicas se constituem num componente relevante da vida acadêmica e da comunidade científica¹. Elas têm sido avaliadas segundo critérios paramétricos que incidem simbolicamente sobre avaliações meritocráticas na seleção de projetos, no desempenho de programas de pós-graduação e no reconhecimento dos pesquisadores de cada área.

Este artigo busca conceituar as revistas como bem público e coletivo² que integra o campo de produção e reprodução do saber, participando do desenvolvimento e da legitimidade de uma disciplina ou área (Boure 1993; Renucci e González, 2017), no caso, a das ciências sociais. A tarefa implica o esforço de situar uma revista em sua relação com a reprodução do campo científico, desenvolvendo, em caráter preliminar, um esboço de algumas contribuições da teoria sociológica que nos auxiliam a entender o campo científico. Discute também a

¹ A importância das revistas não exclui o reconhecimento da publicação em livros como veículo importante de produção na área das ciências humanas e sociais.

² Ver Ivo (2015) Seção Especial (SE) – “As políticas para a publicação científica: perspectivas para os periódicos de ciências sociais”. *39º Encontro Anual da Anpocs*, 26-20 de outubro de 2015, Caxambu-MG. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=UDfszNKZ9Ho>



prevalência racional-instrumental do uso de métricas na avaliação de desempenho das pós-graduações e das revistas no campo das ciências sociais. O ponto sensível da crítica desenvolvida neste artigo é o de que a validação das ciências humanas e sociais, quando normatizada segundo indicadores da *cienciometria*³ (fatores de impacto e critérios de internacionalização etc.), baseados, sobretudo, em critérios apropriados às ciências da natureza contrapõe-se aos princípios epistemológicos das humanidades, de caráter sócio-histórico e interpretativo.

As revistas acadêmicas como esfera pública nas ciências sociais

A produção do conhecimento é um bem público e coletivo, que se situa no tempo e só se completa plenamente pela externalização dos resultados na esfera pública – acadêmica e social. Como afirma Boure (1993:99), a revista é parte “[...] do funcionamento geral das ciências, de suas instituições, de seus pesquisadores, mas, também, da relação que cada disciplina mantém consigo mesma, com as outras disciplinas e com a sociedade”. Esse pressuposto expõe a complexidade implícita à sua produção e gestão e orienta a relação intrínseca e necessária entre a produção do conhecimento, a comunicação científica e a publicação de seus resultados, em todas as suas manifestações, estágios de desenvolvimento e suportes acadêmicos⁴.

A produção do conhecimento, portanto, está necessariamente associada à publicização de seus resultados e à crítica pelos pares. Essa relação entre conhecimento, comunicação científica e esfera pública (dentro e fora da academia) tem implicações epistemológicas e institucionais sobre o processo de preparação de uma revista científica, e envolve uma ética do trabalho que preside a natureza das decisões e a definição de competências entre os diferentes atores que integram o processo de produção editorial: autores, revisores, financiadores, equipe técnica de gestão, editores e corpo editorial. Ademais, essa ética embasa as relações da revista com

³ A *cienciometria* “trata da análise de aspectos quantitativos referentes à geração, propagação e utilização de informações científicas, com o fim de contribuir para o melhor entendimento do mecanismo de pesquisa científica como uma atividade social” (Pinto e Andrade 1999:448 *apud* Meis e Leta 1996).

⁴ Desde a elaboração de monografias e teses, passando pelas comunicações em congressos e pela publicação em livros e revistas.

as agências de fomento, os indexadores científicos e a instituição. A compatibilização dessas diversas dimensões é realizada pelos editores, responsáveis por garantir a qualidade dos textos, cumprir a missão institucional e promover a mediação entre os autores e o público receptor.

Como definem Renucci e González (2017: 4), as revistas ajudam a legitimar o conhecimento ao promoverem o “[...] *aggiornamento* dos dados, a reação rápida aos debates e controvérsias, a transcrição desses debates, a multiplicação da oferta de leituras num mesmo domínio, a plasticidade, a circulação das informações etc.” Portanto, uma revista acadêmica constitui-se num produto singular, que envolve a preparação e a qualificação acadêmica dos textos e sua seleção para o debate público, participando, portanto, do fazer e da reprodução do fazer científico, nas distintas áreas do conhecimento⁵.

Do ponto de vista do formato, as revistas científicas são publicações acadêmicas seriadas e periódicas, padronizadas quanto às regras científicas e às normas preestabelecidas para sua edição, veiculando resultados de pesquisas para o público de uma ou mais áreas do conhecimento, ou de uma determinada linha de investigação. Constitui-se num dos principais veículos de comunicação científica, pois estimula o debate entre especialistas e supõe processos preparatórios de revisão, visando à qualificação do artigo e à garantia de integridade do periódico.

Portanto, uma revista combina duas dimensões: uma *formal*, que atende às regras da escrita científica e aos critérios de padronização do periódico, e outra relacionada ao *conteúdo*, de natureza epistemológica e cognitiva, segundo Boure (1993). Do ponto de vista *formal*, sua edição obedece às regras do método científico (abordagem crítica e metodológica, uso de vocabulário e conceitos especializados, inclusão de notas e referenciais bibliográficos pertinentes, indicação de evidências etc.). Quanto ao *conteúdo*, articula três dimensões: explícita a ambição cognitiva ou interpretativa do problema, referindo-se a uma abordagem teórica e (ou) metodológica validada; esclarece o caminho lógico

⁵ Esses atributos científicos se distinguem da produção em livro pela forma de organização do conteúdo, pela densidade dos resultados e pelo tempo para sua elaboração, o que, no caso de livros, exige maior tempo na escrita e análises mais abrangentes. Mas são convergentes quanto ao rigor científico, metodológico e da estrita culta.

da investigação e a lógica da exposição; e localiza o artigo num campo científico de uma ou mais áreas do conhecimento.

O processo de revisão pelos pares e a preparação dos textos permitem que os artigos publicados em periódicos científicos ganhem legitimação e reconhecimento acadêmico, tanto para os autores como para as instituições em que eles estão inseridos. Dessa forma, a revisão editorial representa uma forma indireta de controle e validação dos resultados pela comunidade científica e legitima esse conhecimento pelo aperfeiçoamento crítico continuado da comunidade.

O fato de os autores e o público leitor desses periódicos serem partes de uma mesma comunidade de ciência também singulariza a revista científica. Ademais, no domínio das humanidades, as revistas seguem algumas características – artigos mais longos, argumentos discutidos, rigor conceitual e estilo de redação – que favorecem um debate de fundo da pesquisa. Desse modo, os textos de uma revista científica, nesse domínio, distinguem-se dos artigos de comunicação na mídia, que cumprem a função de informar o público e formar opinião. Embora de grande relevância na arena pública, eles são distintos quanto à natureza, seja pelo público receptor – no caso das revistas científicas, mais restrito –, seja quanto ao conteúdo, que, nas revistas acadêmicas, segue exigências epistemológicas distintas, ainda que o jornalismo científico se aproxime desses mesmos requisitos.

Portanto, um artigo submetido à revista, ao passar pelas diferentes instâncias de avaliação e revisão, resulta num produto acadêmico renovado e, na maioria das vezes, alcança ganhos qualitativos (consistência dos argumentos, retificações conceituais, maior clareza, entre outros aspectos). A edição de uma revista articula, portanto, atividades-fim, de produção do conhecimento, atividades-meio, na gestão do fluxo, distribuição, financiamento e estoques, e atividades de produção editorial-gráfica, que dão forma ao produto final. Forma e conteúdo estão intrinsecamente relacionados, de maneira que a gestão de um periódico deve estar sintonizada com a dinâmica da vida acadêmica e que o projeto gráfico-editorial ilumine a mensagem dos autores e expresse a identidade institucional.

A produção do conhecimento, como atividade social, é cumulativa no tempo, dialoga com a produção acadêmica pré-existente, projetando-se como um novo insumo para o avanço do conhecimento e para o reconhecimento das inovações

produzidas, atualizando-os. Exige que o pesquisador dialogue com a literatura do seu campo de conhecimento, o que possibilita situar sua contribuição no estágio de desenvolvimento dos estudos de um determinado tema. Essa dialética autorreflexiva, crítica e situada preside a produção acadêmica e é intrínseca à ética do trabalho acadêmico⁶.

Esboço preliminar de uma “sociologia das ciências”⁷

O campo das ciências se estrutura segundo *grandes áreas de conhecimento* que expressam singularidades epistemológicas de seu objeto e método e das formas de comunicação e seus usos sociais. A lógica que preside a divisão das ciências reconhece, portanto, a natureza epistemológica distinta de cada campo de saber, e elas têm uma relação direta com a escolha de suportes para a publicação de seus resultados, os circuitos das ideias e os destinos sociais finais desses resultados. Esses usos sociais é que se constituem nos verdadeiros impactos sociais, em termos de apropriação real de saberes pela sociedade.

As ciências da natureza, por exemplo, devido a seu caráter experimental e a suas práticas de laboratório, veiculamos resultados de suas pesquisas, sobretudo, em artigos de periódicos que se constituem em canais mais imediatos de intercâmbio, favorecendo avanços nos experimentos, o que é distinto das pesquisas em humanidades, cujo caráter interpretativo e discursivo influencia a elaboração de textos mais longos e envolve também a publicação em livros. Elas estudam a sociedade, o ser humano, os fenômenos sociais, e têm um componente fortemente histórico e cultural. Assim, os pesquisadores das ciências naturais priorizam a publicação dos resultados em periódicos científicos e em inglês básico, enquanto, os pesquisadores, na área das humanidades, além das revistas, publicam frequentemente em livros, pela extensão dos argumentos e a mobilização do debate⁸. Esse *habitus* acadêmico

⁶ O diálogo com a literatura, portanto, não é apenas uma etapa formal, mas se constitui num exercício autorreflexivo, que situa a contribuição no estágio pré-existente do conhecimento e integra uma ética de pesquisa.

⁷ O tema é ambicioso, mas, neste texto, tem função apenas indicativa, sugerindo pistas teóricas para os que se propõem a uma análise mais aprofundada do campo científico.

⁸ Em 1982, os livros correspondiam a 20% das publicações de pesquisadores no domínio das ciências humanas e sociais, e apenas a 1,3% das publicações em ciências exatas e naturais. 54% das pesquisas em

diferencial faz com que os pesquisadores das ciências naturais e exatas tenham maior incidência de publicações em periódicos estrangeiros e em inglês, o que influencia alcançarem comparativamente maiores *rankings* internacionais de impacto.

Algumas contribuições teóricas para a análise do campo científico

A institucionalização do campo científico tem sido objeto de algumas contribuições da teoria sociológica⁹. Robert Merton desenvolveu uma sociologia da ciência a partir de uma perspectiva funcionalista, definindo princípios que são parte do *ethos* científico¹⁰. Karl Mannheim considera a contextualização sócio-histórica da epistemologia das ciências na vida pública. E Pierre Bourdieu traz contribuições relevantes sobre a estruturação do “campo científico” e do “*habitus* acadêmico”.

Merton (1974) esclareceu princípios e regras de conduta científica, sem desconhecer a influência dos valores culturais na produção das ciências. Para ele, a institucionalização do campo científico observa quatro princípios: *universalismo*; “*comunismo*”, no sentido de servir à sociedade e ao bem comum; *desinteresse* (em termos de interesses pessoais) pelo compromisso do pesquisador com o progresso da ciência; e um *ceticismo organizado*, que submete os resultados da ciência à crítica continuada da comunidade científica. Esses princípios se constituem em critérios de validação científica adotados nas instituições científicas americanas e são legitimados pelas comunidades científicas de todo o mundo, afirmando-se como universais, embora reconheçam as especificidades dos diversos campos de conhecimento.

Karl Mannheim destaca as circunstâncias sócio-históricas que acolhem a possibilidade do conhecimento objetivo *socialmente enraizado*. Esse enquadramento sócio-histórico da reflexão epistemológica, para Karl Mannheim, considera os pesquisadores como parte de uma *intelligentsia* que busca

ciências exatas e naturais foram publicadas no estrangeiro e 75% das pesquisas em ciências humanas em revistas nacionais (Cf. Castro 1978).

⁹ Ver Bertelli, Antônio R. *et al.* (1967), que reúne artigos de Karl Mannheim, Robert K. Merton e C. Wright Mills.

¹⁰ Ou seja, um conjunto dos costumes e hábitos de comportamento (instituições, afazeres etc.) e da cultura (valores, ideias ou crenças), característico da coletividade científica.

compreender como as ciências sociais interagem diretamente com a democracia, seus atores e seus processos¹¹.

Considerando o campo científico uma atividade social e histórica, Pierre Bourdieu (2000) argumenta que a produção do conhecimento é condicionada por um contexto sociocultural e permeada por valores e lutas internas por competências. Ele recusa a divisão clássica entre dois tipos de ciências: as naturais, explicativas, que relacionam causas e efeitos, e as compreensivas, que se utilizam da intuição, da interpretação etc. Para ele, a teoria social, que serve para explicar as práticas dos outros, também serve para explicar a própria construção da ciência social. Ela expressa um campo político de luta entre pesquisadores pelo controle de recursos e busca por reconhecimento. Dessa perspectiva, a linguagem e os conceitos sociológicos constituem parte dos processos sociais reais, uma vez que as representações sociais e os significados que os atores têm sobre os fenômenos sociais são também constitutivos da ordem social e da construção da ciência¹².

A sociologia da ciência¹³ de Merton seria orientada pela ação individual do cientista, julgado e avaliado pelas expectativas e valores de sua sociedade. Mannheim e Bourdieu reconhecem a historicidade como componente da explicação dos fenômenos sociais e culturais e situam esse conhecimento no campo de lutas por hegemonia, distinguindo-se de uma concepção pragmática da ciência positiva, orientada segundo a escolha racional¹⁴.

Globalização, circulação das ideias e imperativos da internacionalização

O contexto da globalização e a integração dos países em cadeias globais – seja quanto à disseminação de processos sociais, seja na propagação de riscos – têm imposto novos desafios à produção científica, visando a promover a *circulação das ideias* em dinâmicas transnacionais, o que se traduz em políticas de intercâmbio científico internacional, especialmente a partir da década de 1990. A internacionalização do conhecimento passa

¹¹ Ver o capítulo “O problema da ‘intelligentsia’: um estudo do seu papel no passado e no presente”, em Mannheim (1974).

¹² Do autor: *Homo Academicus*. Paris: Ed. Minuit, 1984; *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie du champ scientifique*, Paris: INRA, 1997.

¹³ Ver Robert K. Merton. *The Sociology of Knowledge*, 2013[1937].

¹⁴ Essa abordagem da ciência positiva se define em oposição às teorias normativas.

a ser considerada, então, “o estágio mais elevado das relações internacionais entre as universidades” (CAPES 2017a:6).

Há de se considerar, contudo, os critérios dessa internacionalização no domínio das ciências humanas e sociais. Como elas não dispõem de uma teoria integrada para explicar a diversidade dos fenômenos sociais, parece pertinente ter consciência da contextualidade, que expõe singularidades e especificidades geopolíticas e sócio-históricas, considerando os elementos do ambiente que influenciam cada sociedade. Portanto, importa também reconhecer a contribuição do conhecimento que as sociedades do Sul têm produzido sobre elas mesmas, cujos pressupostos são distintos daqueles que comandam a produção científica dos países do Norte, e que possibilita construir uma ciência atenta à diversidade das experiências históricas e culturais num mundo globalizado. Essa contextualização redefine a relação entre o local e o global, e condiciona a validade de seus argumentos às consequências de seu envolvimento no mundo. Nesse sentido, redefine-se a relação entre internacionalização e produção local ou regional, uma vez que a globalização do conhecimento se afirma, muitas vezes, pelo seu localismo ou regionalismo.

A produção em ciências sociais: a armadilha das métricas

O campo científico tem sido acompanhado por um crescente processo de avaliação do desempenho e aferição da produtividade, de natureza paramétrica, que alcança também a classificação das revistas. Essa tendência resulta, de um lado, da expansão das comunidades científicas, e, de outro, da influência da *cienciometria* na construção de indicadores, entre eles o de impacto.

As diversas comissões de Área da Sociologia¹⁵ ao longo dos últimos anos na CAPES, reconhecendo as especificidades da produção nacional, têm buscado aferir a produção da área de forma mais afinada à realidade da produção nacional, incorporando tanto a publicação científica em revistas como em livros. Nas normas de classificação dos periódicos do sistema *Qualis*¹⁶ de revistas, tomaram por base a indexação dos títulos em

¹⁵ E demais áreas das ciências sociais e sociais aplicadas.

¹⁶ O *Qualis* da CAPES afere a qualidade dos artigos a partir dos veículos de publicação para atender às necessidades do sistema de avaliação das

importantes bancos de dados e indexadores de referência e qualificação bibliográfica. Assim, o fator de impacto foi considerado, mas não condicionou a avaliação (CAPES 2017b).

Essa posição, no entanto, tem sido questionada no debate geral entre as áreas, sob a alegação de que os indicadores quantitativos (fator de impacto) seriam mais universais e menos sujeitos a vieses subjetivos. Assim, todas as áreas foram pressionadas¹⁷ a adotar, para a internacionalização, o fator de impacto (h5)¹⁸ das revistas, o que coloca os periódicos do domínio das humanidades em posição desfavorável tanto no sistema *Qualis* de revistas como no sistema de C&T nacional. Ou seja, como a Área das Humanidades é sub-representada nas bases do *Institute for Scientific Information* - ISI, já que boa parte da sua produção é publicada em livros, o fator de impacto do ISI não reflete a produção da área. Tendo em vista que as agências de fomento nacionais consideram esses *rankings* na distribuição de investimentos em C&T, o uso desse critério acaba sendo cumulativamente prejudicial e discriminatório em relação a uma importante área do saber.

Uma métrica é um constructo matemático dissociado das condições particulares de realização das práticas científicas e da ordem social na qual essas práticas humanas se constituem. Não existe neutralidade em sua construção, já que ela é condicionada por uma cultura e uma tradição em ciências e definida por metodologias construídas por pesquisadores e orientados segundo objetivos, critérios e percepções específicas.

A universalidade do uso de um indicador para validar o que é distinto, por natureza, consolida um processo de hegemonia das ciências exatas e da natureza no sistema de C&T¹⁹ que, sob a alegação de uniformidade de critérios objetivos de internacionalização, interfere na autonomia da área

Áreas, ou seja, periódicos científicos e anais de eventos, com base no levantamento da produção dos programas de pós-graduação brasileiros.

¹⁷ O que não ficou decidido, encontrando-se, ainda, em discussão.

¹⁸ O *Fator de Impacto* (FI) é a principal métrica utilizada para avaliar as revistas científicas por todo o mundo, ao contabilizar as citações recebidas. É indexado pelo *Institute for Scientific Information/ Thompson Scientific Reuters* (ISI) e publicado pelo *Journal of Citation Report* (JCR).

¹⁹ O uso do fator de impacto é polêmico, inclusive em outras disciplinas, como a Química. Entre outros argumentos porque, muitas vezes, os artigos mais citados são exatamente aqueles que apresentam erros interpretativos. Ademais, o imperativo de publicar pode sacrificar a formação crítica e consistente da produção à custa da obtenção de índices numéricos (cf. Pinto e Andrade 1999:452).

das ciências sociais²⁰. Como analisam Santos e Jeolas (2015), discutindo a submissão das pesquisas à avaliação do Comitê Nacional de Ética em Pesquisa- CONEP (Ministério da Saúde), ao se desconsiderar “os diferentes métodos das pesquisas sociais e a diversidade de perspectivas de análise, [anula-se] [...] o seu ‘potencial crítico’ e sua mais genuína contribuição para a sociedade” (11). Para esses autores, as “[...]contradições entre a ética – resultante da história dos homens e as normas [...] instituídas pela força, ou pelo poder dos homens, [...]podem vir a retirar da ética as dimensões da liberdade e do livre-exame, em vez de preservá-las [...]” (*ibidem*).

Essa ambivalência do poder da norma sobre a autonomia da pesquisa, no domínio das humanidades, expressa um conflito cognitivo no processo de conhecimento. As ciências sociais não lidam com experiências em seres humanos, mas com a interpretação e os significados da organização das comunidades e sociedades. Oferecem a palavra, os diagnósticos e o debate na compreensão da organização das sociedades, auxiliando na interpretação e na formulação crítica das políticas e da vida coletiva.

Conclusão

Os elementos analíticos expostos neste artigo indicam tensões entre os princípios que presidem a construção do conhecimento e o poder das normas que se instituem como um sistema de vigilância externa, indissociavelmente cognitivo e político. A prevalência de uma racionalidade cognitivo-instrumental (expressa nas métricas) (des)legitima grande parte do conhecimento produzido pelas ciências humanas e sociais nacionais.

O enquadramento das formas de produzir restrito ao fator de impacto alimenta um círculo vicioso no qual os estímulos à produção se constituem, ao mesmo tempo, em insumos que sacrificam a formação crítica da própria ciência, comprometem a qualidade científica (pela impulsão em publicar a qualquer

²⁰ Esse argumento expõe apenas as possíveis distorções no uso desses parâmetros. Eles podem também estimular uma competição entre áreas. Aqui não se trata disso, mas apenas de garantir às Humanidades a capacidade de responderem aos imperativos de produção, internacionalização e impacto de acordo com suas propriedades epistemológicas.

custo) e superpõem a prevalência da técnica sobre o conhecimento.

Os parâmetros adotados, ao desconhecerem as condições específicas da produção do conhecimento em ciências humanas e sociais, colocam programas e pesquisadores em posições desfavoráveis na distribuição dos recursos, além de reforçar, simbolicamente, a deslegitimação dessas ciências. A “normose acadêmica”, expressa pela obsessão por publicar a todo o custo, produz, no seu reverso, e “como sua maior vítima, o próprio conhecimento, quando privilegia as métricas e não os conhecimentos inovadores”, como argumenta apropriadamente Souza (2014).

Referências bibliográficas

- BERTELLI, Antônio R.; PALMEIRA, Moacir; VELHOR, Otávio Guilherme. 1967. *Sociologia do Conhecimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- BOURDIEU, Pierre. 1984. *Homo Academicus*. Paris: Ed. Minuit.
- _____. 1997. *Les usages sociaux de la science: pour une sociologie du champ scientifique*, Paris: INRA.
- _____. 2000. *Esquisse d'une théorie de la pratique*. Paris: Éditions du Seuil.
- BOURE, Robert. 1993. “Sociologie des revues de sciences humaines et sociales”. *Réseaux* 58:91-105.
- CAPES. 2017a. *A internacionalização na Universidade Brasileira: resultados do questionário aplicado pela CAPES*. Brasília: CAPES.
- _____. 2017b. *Relatório de Avaliação Quadrimestral de Sociologia*. Brasília: CAPES.
- PINTO, Angelo C.; ANDRADE, Jailson. 1999. “Fator de impacto de revistas científicas: qual o significado deste parâmetro?”. *Química Nova* 22(3): 448-453.
- MANNHEIM, Karl. 1974. *Sociologia da Cultura*. São Paulo: Editora Perspectiva.
- MERTON, Robert. 2013. *Ensaio de sociologia da ciência*. São Paulo: Editora 34.
- _____. 1974. “Os imperativos institucionais da ciência”. In: *A crítica da ciência*. Rio de Janeiro: Zahar. p. 37-52.

- RENUCCI, Florence e GONZÁLEZ, Irene González. 2017. “L’empire des revues”. *Clio @Themis, Revue électronique d’histoire du droit* 12:1-7.
- SANTOS, Luiz Antonio de Castro; JEOLÁS, Leila. 2015. “A pesquisa e sua ética, o poder e sua norma”. *Revista Brasileira de Sociologia* 3(5):11-30.
- SOUZA, Renato Santos de. 2014. “A doença da ‘normalidade’ na Universidade”. In: NASCIMENTO, L. F. M. (org.). *Lia, mas não escrevia (livro eletrônico): contos, crônicas e poesias*. Porto Alegre: LFM.

Enviado: 1 de dezembro de 2020
Aceito: 7 de dezembro de 2020